



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

OFÍCIO Nº GP. 730/2025.

Barra Bonita, 10 de novembro de 2025.

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando para apreciação dessa Egrégia Câmara o incluso Projeto de Lei nº 23/2025, que autoriza o Poder Executivo a firmar acordo judicial para rescisão de contrato de concessão de transporte coletivo urbano, e dispõe sobre a assunção municipal do serviço.

A empresa RÁPIDO CEKAT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. EPP., concessionária do serviço público de transporte coletivo urbano do Município, promoveu ação judicial pleiteando o reequilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo vigente, decorrente da Concorrência Pública nº 006/2010, que tramita pela 1ª Vara da Comarca de Barra Bonita, sob o número 1000999-67.2025.8.26.0063.

Considerando o que foi produzido pelas partes no trâmite da referida ação judicial, é inegável que o transporte mensal de 60 mil passageiros que o edital da Concorrência Pública nº 006/2010 previa não se concretizou; pelo contrário, o número de passageiros sofreu gradativa diminuição ano a ano, principalmente pela regulamentação do serviço de mototaxistas no Município e pelo surgimento do transporte por aplicativo, dentre os quais Uber, 99 e SPDrive. Estima-se que atualmente o transporte mensal é de apenas 4 mil passageiros.

Por outro lado, a Concorrência Pública e o contrato administrativo não preveem a concessão de subsídio, daí porque não é possível ao Município atender a pretensão da concessionária.

Em vista desses fatores, o serviço de transporte coletivo custeado exclusivamente por tarifa cobrada do usuário apresenta-se inviável na atualidade, uma vez que o baixo número de passageiros mensais não cobre o custo do serviço.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Nessas condições, e considerando a responsabilidade do Município fornecer transporte urbano aos munícipes, não há outra solução, a não ser a assunção do transporte coletivo, com a consequente extinção do contrato vigente.

Pede-se a essa Casa de Leis, pois, aprovação ao projeto de lei apresentado.

Respeitosamente,


MANOEL FABIANO FERREIRA FILHO
Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor

JOSÉ JAIRO MESCHIATO

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita
BARRA BONITA (SP)

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara da Comarca de Barra Bonita – SP.

Processo nº 1000999-67.2025.8.26.0063

RÁPIDO CEKAT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. EPP, e MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA, qualificados nos autos da AÇÃO CONDENATÓRIA que tramita por esse R. Juízo e Cartório do 1º Ofício Judicial – Seção Civil, por seus respectivos advogados infra-assinados, vêm à presença de V. Exa., respeitosamente, comunicar que as partes estão se compondo com relação ao objeto do litígio, nos seguintes termos e condições:

1) A EMPRESA CONCESSIONÁRIA compromete-se a continuar executando o transporte coletivo urbano do MUNICÍPIO até 31.12.2026, nos estritos termos do contrato administrativo vigente e da Concorrência Pública 006/2010, na forma dos Processos Administrativos 1.975/2018 e 5.391/2018 com adequações constantes neste processo (6366/2022).

2) Ao término do prazo estabelecido no item 1 acima, o contrato de concessão é extinto por rescisão amigável, nos termos do inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93, sem ônus, penalidades ou indenização para qualquer das partes.

3) O MUNICÍPIO assumirá a prestação do serviço de transporte coletivo de passageiros até a data fixada para a rescisão do contrato, assunção esta que se dará com a colaboração da EMPRESA para a transição eficiente do serviço, visando assegurar a sua continuidade e a qualidade do transporte público dos usuários.

As condições específicas de rotas, horários, tarifas e demais aspectos de uso e operação do serviço de transporte coletivo a ser prestado diretamente pelo MUNICÍPIO serão estabelecidas em ato normativo próprio da Municipalidade.

garantindo a adequação do serviço às necessidades da população e sustentabilidade da operação.

4) O não cumprimento, por parte da EMPRESA CONCESSIONÁRIA, do prazo estabelecido no item 1 acima, ou a interrupção indevida e unilateral do serviço durante este período, ensejará a aplicação das penalidades pecuniárias e multas previstas no contrato administrativo vigente e no edital da Concorrência Pública nº 006/2010.

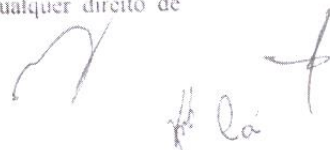
5) Diante do exposto, vêm à presença de V. Exa., respeitosamente, requerer seja o Ministério Público intimado para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias sobre os termos do presente acordo, nos termos do § 3º do art. 3º, e do art. 178, I, ambos do CPC.

Não havendo oposição ao acordo por parte do Ministério Público, as partes, com fulcro no inciso II do art. 313 do CPC, requererem a **suspensão do processo** por 30 (trinta) dias, para que seja aprovado projeto de lei pela Câmara Municipal autorizando os termos da presente composição.

Havendo autorização legislativa pela Câmara Municipal, o que será comunicado nos autos pelo MUNICÍPIO, deverá ser a presente composição **HOMOLOGADA POR SENTENÇA** para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo-se o processo, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC.

Cada parte arcará com os honorários dos respectivos advogados, sendo que eventuais custas processuais ficarão a cargo do MUNICÍPIO, das quais pede isenção nos termos do art. 6º da Lei Estadual nº 11.608/2023.

Com a homologação do acordo e o cumprimento integral do ajustado, as partes dão-se mútua, plena, geral, rasa, irrevogável e irretratável quitação de todos e quaisquer direitos, obrigações, pretensões, ações judiciais, reclamações, litígios, indenizações, tributos, perdas e danos, de qualquer natureza, passados, presentes ou futuros, decorrentes ou relacionados, direta ou indiretamente, à relação contratual objeto do presente acordo judicial, abrangendo todo o período de sua existência, para nada mais reclamarem uma da outra, a qualquer título, em juízo ou fora dele, seja a que tempo for, com fundamento na relação jurídica ora transacionada. As Partes renunciaram expressamente a qualquer direito de



pleitear, em qualquer tempo e a qualquer título, valores ou reparações decorrentes da relação contratual objeto deste acordo, declarando que o presente instrumento representa a composição final e integral de seus interesses, não havendo quaisquer ressalvas ou pendências a serem discutidas.


Termos em que,

P. Deferimento.

Barra Bonita, 22 de outubro de 2025.


MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA
Manoel Fabiano Ferreira Filho – Prefeito Municipal


TIAGO APARECIDO NARDELLO FIGUEIRA – OAB/SP 341.668


RÁPIDO CEKAT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. EPP
Cássia Vicente Bertoni – Representante legal/ Kátia Regina Vicente –
Representante legal

**PAULO SERGIO
DE OLIVEIRA**

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA

OAB 165.786/SP

Assinado digitalmente por PAULO
SERGIO DE OLIVEIRA
Data: 2025.10.29
11:03:48
-03'00'



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

PROJETO DE LEI Nº 23/2025.

Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo judicial para rescisão de contrato de concessão de transporte coletivo urbano, e dispõe sobre a assunção municipal do serviço.

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar acordo com a concessionária RÁPIDO CEKAT TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA. no processo judicial nº 1000999-67.2025.8.26.0063, que tramita perante a 1ª Vara da Comarca de Barra Bonita.

Art. 2º A concessionária continuará prestando o transporte coletivo urbano do Município até 31 de dezembro de 2026, nos estritos termos do contrato administrativo vigente e da Concorrência Pública 006/2010, ficando rescindido amigavelmente a partir do término do referido prazo, nos termos do inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93, sem ônus, penalidades ou indenização para qualquer das partes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de novembro de 2025.


MANOEL FABIANO FERREIRA FILHO
Prefeito Municipal

